

# **Retrato da educação escolar no Ceará no final da década de 1970 e início da década de 1980: entrevista com o professor Antônio de Albuquerque Sousa Filho**

**Márcio Kleber Morais Pessoa**

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1371-5481>

[mkpceara@hotmail.com](mailto:mkpceara@hotmail.com)

**Antônio de Albuquerque Sousa Filho**

Universidade Federal do Ceará, Brasil

A entrevista apresentada a seguir é um importante documento sobre a história da educação no Ceará. O foco do diálogo é a experiência do professor Antônio de Albuquerque à frente da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará.

O fortalezense Antônio de Albuquerque Sousa Filho, 83 anos, é agrônomo e foi professor do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), desde a década de 1960. Em

1979, ele teve uma enorme surpresa ao ser convidado pelo Governador Virgílio Távora para assumir a Secretaria de Educação, ficando no cargo até 1981. A palavra “surpresa” não está fora do lugar, pois, de fato, essa foi a forma como Albuquerque recebeu a notícia de sua indicação. Provavelmente, seu cargo mais importante foi o de Reitor da UFC (1991-1995). Albuquerque também trabalhou na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), foi diretor do CCA e secretário do Ministério da Educação (MEC).

Por meio da trajetória de vida dessa importante figura pública cearense, é possível entender parte da imbricada estrutura social do Estado: as características do funcionalismo público e da educação escolar no período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), além das relações sociais vivenciadas pelos indivíduos naquele momento de nossa história.

Essa entrevista ganha um toque especial pela disposição do interlocutor em falar de forma “crua” suas experiências, deixando de lado vaidades e receios. Como ele próprio destacou: “quando a gente chega a certa faixa de idade, como eu estou, com mais de 80 anos, a gente não está mais preocupado com o que a gente diz, o que é que vai acontecer, a gente faz isso quando é mais jovem”.

A entrevista ocorreu em 06 de maio de 2021, no final da tarde, por meio do programa *Google Meet*, visto que precisávamos manter distanciamento social devido à pandemia de Covid-19. O professor Albuquerque estava em sua residência, em Fortaleza. Com essas palavras, encerro esta introdução e abro espaço para transcrever esse instigante diálogo.

**Márcio Pessoa:** Professor, sobre a sua experiência específica na Secretaria de Educação, o senhor fala no seu livro com um certo es-

panto da forma como foi indicado para secretaria.<sup>1</sup> Por que o senhor acha que foi escolhido?

**Antônio de Albuquerque:** Deixa eu lhe dizer o seguinte: eu não conheci o Virgílio Távora pessoalmente, que era o governador na época, e eu o achava muito antipático, inclusive, muito, muito. Mas eu era, na época, diretor do Centro de Ciências Agrárias e ele foi convidado, ele foi escolhido patrono porque, na minha época, o Centro de Ciências Agrárias tinha os cursos de Agronomia e de Engenharia de Pesca. Ele foi convidado para ser patrono de uma das turmas da Engenharia de Pesca e ele foi lá para descerrar a placa com os alunos com o nome dele: patrono, paraninfo etc. E eu estava presente nessa solenidade. Então, um representante dos concludentes de Engenharia de Pesca falava, ele falou, e eu, como diretor, encerrei.

Esse foi o meu primeiro contato com ele, só ali naquele momento. Ele foi embora, pronto, e não tive mais contato pessoal com ele. Mas, em 1968, em 1978, aliás, nós completávamos 60 anos de criação da escola de Agronomia, do curso de Agronomia. Então, como eu era diretor, eu reuni o pessoal do departamento, nós fizemos uma programação para o ano todo sobre os 60 anos nossos. Como naquele tempo, nós tínhamos muitos convênios, nós tínhamos convênios com a Sudene, com o DNOCS, com a Universidade de Michigan, com a Universidade do Arizona, com Ministério da Educação, com Ministério da Agricultura, então a gente tinha muitos convênios e ia dar... e como o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará foi a primeira instituição na Universidade Federal do Ceará que começou a mandar, em termos de massa, o maior número de professores para a pós-graduação, porque a gente tinha convênio que esta-

---

<sup>1</sup> Trata-se do livro “Vivências de um profissional” (Fortaleza: Imprece, 2015), de autoria do entrevistado.

belecia esse tipo de treinamento para a Universidade do Arizona etc., e nós tínhamos várias atividades em vários municípios, pesquisas, inclusive em várias áreas, trabalho de treinamento de agricultores. Nós tínhamos uma quantidade muito grande de atividades e de resultados.

Então, eu não me dava com o Virgílio [Távora], que tinha sido escolhido já governador, ele ia assumir ainda o cargo. Isso em 1978. Eu tinha um engenheiro civil chamado Jaime Verçosa, que eu fui do CREA, eu representei o Centro de Ciências Agrárias no Centro Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia. Naquele tempo, era assim que se chamava, não era só Engenharia e Agronomia. Eu fazia parte desse Conselho. Inclusive, eu fui presidente por uma temporada lá dentro do CREA, como também eu fiz na Associação dos Engenheiros Agrônomos.

O Jaime era muito ligado, era o meu conselheiro, e, quando eu era estudante, eu trabalhava em uma repartição em que ele também trabalhava. Então, eu tinha uma amizade pessoal com Jaime. Como Jaime era muito ligado pessoalmente com o Virgílio Távora, eu disse: “Jaime, eu queria ver se o governador Virgílio Távora podia ir um dia no Centro com a gente, porque ele vai assumir o governo, e a gente vai falar sobre as atividades no Centro e pode até ser que ele depois precise de alguma colaboração do nosso Centro e nós estaremos às ordens”. E ele: “eu vou falar com o governador”. Ele falou com o governador e me telefonou: “Ei, Albuquerque, o Virgílio vai aí ao Centro no dia tal, às tantas horas, mas ele só pode ficar 30 minutos, porque ele tem outros compromissos”.

Tudo bem, no dia X marcado, às 10 horas da manhã, eu chamei todos os chefes dos departamentos, o governador, com tudo em uma sala do departamento, todo mundo nessa sala e eu comecei a falar, eu disse: “Governador, eu sei que o senhor só tem 30 minutos, deixa eu

falar, tentar ser aqui o mais rápido possível”. Eu comecei a descrever o que era o Centro, disse os cursos que nós tínhamos, as pesquisas em andamento, alguns resultados alcançados, alguns cursos de pós-graduação que a gente estava criando e os que já tinham sido criados. Quando terminou a minha hora, eu parei: “Pronto, governador, fechei a minha hora que eu precisava”.

O Virgílio Távora, ele tinha uma coisa interessante, ele andava com o bolso de paletó por dentro com os cartões, cartões, e, enquanto eu falava, ele escrevia, puxou os cartões e começou a escrever lá que eu ia dizendo. Quando eu terminei de falar: “Pronto, Governador, meia hora...”. Ele disse: “Não, não, eu já mandei prorrogar o outro encontro. O senhor pode continuar falando”. Eu continuei explicando a ele, dizendo a ele, ele perguntou e tal e ele foi embora. Então, eu agradei a presença dele, agradei ao Jaime, que veio com ele nesse dia, e ele foi embora. Pronto. Nunca mais eu tive contato com o Virgílio, nunca mais.

Quando era um determinado dia, às 5 horas da tarde, eu recebo um telefonema da esposa dele, a dona Luíza Távora. Cinco horas da tarde exatamente, quando ela telefonou lá no meu gabinete que eu estava lá como diretor. Ela telefonou e disse: “Eu queria falar com professor Albuquerque”. Eu disse: “É ele que está falando”. Ela: “Olha, o Virgílio, aqui quem que está falando aqui é a Luíza Távora, esposa do Virgílio Távora. Ele está querendo falar com você. Então, o senhor pode vir aqui ter uma conversa com ele?”. “Pois não, eu posso ir aí”, e eu fui. Saí de lá, eu não sabia nem onde ele morava, perguntei o endereço, onde era a casa dele, e era na rua tal, tal, tal, na esquina tal. E eu fui. Quando eu cheguei lá, a dona Luíza disse: “Um momentinho, que ele está terminando de conversar com uma pessoa, e ele está ali no quarto, e eu vou lhe levar lá”.

E o Virgílio era muito objetivo. Ele era... ele não dava “curvas” para dizer as coisas que ele queria dizer. Ele ia logo direto. E o Virgílio Távora vai, volta, e eu vou lá, aí quando eu chego lá, ele estava deitado na rede e eu: “Sim, Sr. Governador...”. Ele ainda ia assumir, em 1978. “Então, Governador, senhor mandou me chamar e tal”. Isso no começo de 1979, aliás. Ele disse assim: “Olhe, eu mandei lhe chamar porque eu estou fazendo aqui uma lista para escolher os secretários. Nessa lista, eu queria lhe colocar em duas secretarias: na Secretaria de Agricultura, porque você é agrônomo, e na Secretaria de Educação, porque você é um professor universitário. Então, eu queria saber se o senhor me permite colocá-lo aqui na lista”. “Pronto, Governador, muito obrigado pela referência. Realmente é uma surpresa para mim, eu não esperava isso da parte sua. Eu, de certa maneira, agradeço, mas quero dizer que não posso, porque eu estou na Diretoria de Ciências Agrárias, tem um compromisso com um grupo que está lá, com o programa que ainda estou cumprindo e não posso sair assim”.

Daí ele disse: “O senhor não está entendendo, eu não estou lhe convidando para a Secretaria. Eu estou apenas lhe perguntando a permissão sua para listar em uma lista de nomes de possíveis, mas o senhor não está sendo convidado para ser nomeado, não”. “Bom, o senhor está fazendo uma lista só para constar, tudo bem, pode colocar. Não há problema nenhum, mas eu quero reforçar ao senhor que eu não posso ter esse cargo”. Ele: “Bom, era isso que eu queria falar para o senhor”. “Então, muito obrigado”. Aí, quando eu vou saindo, ele: “Agora tem uma condição”. “Pois não, Governador, pode dizer”. “O senhor não vai dizer isso para ninguém, que esteve aqui hoje. Nem para sua mulher”. Mas o problema é que eu tinha que dizer para minha mulher. “O senhor não vai dizer isso para ninguém”. Bom, eu

realmente contei à minha mulher: “Olha, hoje eu fui chamado, que aconteceu isso e tal”, mas eu não disse mais para ninguém. Ninguém, ninguém soube que eu tinha estado lá. E o governador chegava, ele chegava de Brasília às cinco horas da tarde e, no outro dia, às 10 horas da manhã, ele ia anunciar o secretariado dele lá na sala do Conselho Estadual de Educação. Se você pegar todos os jornais da época, os noticiários das emissoras de rádio e da televisão, nunca meu nome saiu citado para nada. O Secretário de Educação citado muito era o Monsenhor [Francisco] Sadoc [de Araújo], lá de Sobral. Esse era o nome que aparecia constantemente nos jornais.

Bom, quando foi 11 horas da noite desse dia que ele chegou, havia um deputado estadual chamado Chico Figueiredo, que era casado com uma prima legítima da minha mãe. O Chico Figueiredo era político lá de Sobral, eu não tinha muita aproximação política nem conhecia isso. O Chico Figueiredo me telefona, mais ou menos, umas dez e pouco da noite: “Albuquerque, como é que você vai ser o Secretário de Estado e não avisa nem ninguém, nem um parente você tem a coragem de avisar”. Como ele gostava de tomar umas e outras, eu disse: “Chico, olha, tu estás levando na brincadeira, não é, Chico? Porque eu estou aqui às dez e tanto da noite, em casa, não recebi telefonema de ninguém, não, não sei de nada, não fiz contato com o Governador e você pode olhar os jornais de hoje, meu nome não está em canto nenhum”.

Ele: “Mas aqui, eu estou na casa do Governador, agora, conversando aqui e todo mundo está falando que o Secretário de Educação vai ser um agrônomo, professor da Universidade e que tem curso no exterior”. Eu disse: “Olha, você se lembra que tem um primo meu que é agrônomo, professor da Universidade e que tem curso no exterior, que era o ‘Fortim’, não é?”. Ele: “Ai, é mesmo, mas eu vou atrás

por mais informações”, e desligou o telefone.

Quando deu 11 e pouco da noite, eu já estava até na hora de ir dormir já, ele me telefona: “Olha, é você. Confirmei agora e é você. E você não vai dormir, até logo, pá!” E eu fiquei... eu disse para minha mulher: “O Chico deve estar bêbado, só pode estar bêbado, tomou algumas lá na casa do Governador, e agora está com essa besteira”, e fui dormir.

Quando deu 6 horas da manhã, eu recebi um telefonema aqui em casa. Era um capitão que ia ser ajudante da ordem dele. Ele disse: “Olha, Professor Albuquerque, aqui é o capitão fulano da Polícia Militar, é que o Governador Virgílio está pedindo para o senhor vir aqui na casa dele para tomar um café com ele”. “Agora?”. “É, o senhor vem aqui”. “Vou já”. Saí, tomei um banho, fiz a barba e me mandei para lá. Cheguei lá, muita gente, aquela mesa cheia, uma mesa assim na área mais livre. Ele estava tomando café, eu entrei, fiquei sentado assim na cadeira. Aí, quando ele se levantou da mesa, ele disse: “Venha cá”. Eu fui com ele para uma área isolada, ele pegou a minha mão e disse assim: “Esteja às 10 horas da manhã no Conselho Estadual de Educação, que o senhor vai assumir a Secretaria de Educação do Estado”. “Vou não, Governador, vou não, vou de jeito nenhum. O senhor está me chamando agora, às 7 horas da manhã, para eu ir às 10 horas. Como é que eu vou, Governador? Olha, eu não tenho experiência de Primeiro e Segundo Grau, eu não fui preparado anteriormente por qualquer coisa dessa notícia e eu tenho meu compromisso”. Ele disse assim: “Esteja lá, não me crie problema, porque, se você não estiver, vai criar muito problema e até logo”. E foi embora. Eu disse: “Esse cara é doido”.

Eu voltei em casa e disse: “Mulher, aconteceu isso e isso, assim, assim e assado, e eu preciso pegar um paletó”. Botei o paletó e vol-

tei para o Centro de Ciências Agrárias. Quando deu 10 horas, perto das 10 horas, eu fui para lá, entrei na sala do Conselho Estadual de Educação, lotado de gente: jornalista, fotógrafo, todo mundo que ia ser secretário, que é o Luiz Marques, como Lúcio Alcântara, como o Aécio de Borba, todo mundo que era [inaudível] setor de fotografia, eu subi lá no canto, ficando lá atrás sentado.

Quando ele começa a noticiar o secretariado, ele disse: “Para Secretário de Educação, convidei o professor da Universidade, Antônio de Albuquerque”, e todo mundo ficou perguntando: “Quem é, quem é, quem é, quem é?”, e lá vem aquele grupo de fotógrafos e coisa de televisão, “Quais são os seus métodos para educação? O que o senhor está pensando?” Eu não sabia de nada, então eu disse: “Bom, eu vou receber as orientações do Governador, o programa vai ser naturalmente o que ele orientar e tal”, eu saí por ali.

Estava lá o Secretário que era na atualidade, o Secretário Estadual de Educação, Adelino de Alcântara [Filho]. Ele se apresentou para mim, e eu disse: “Adelino, é o seguinte, rapaz: como você vê aqui, eu estou sabendo agora que eu sou Secretário, e eu preciso me reunir com você para você poder conversar comigo”. Ele disse: “Quando é que você quer?”. Eu disse: “Hoje”. Ele disse: “Você quer hoje?”, e eu disse: “Eu quero hoje conversar com você”. Adelino: “Então, às 19 horas pode ir lá na Secretaria”. Ele disse: “Está bom. Então, eu vou chamar um grupo de assessores”.

Quando eu cheguei lá, às 19 horas, para reunião com ele, lá no gabinete, estava ele e o grupo de assessores, então ele disse: “Muito bem, o que é que você deseja?”. “Bom, a primeira coisa é que eu gostaria que vocês falassem o que é a Secretaria de Educação, como é que ela é estruturada e, na opinião de vocês, quais são as maiores dificuldades que vocês têm aqui”. Só o que tinha era dificuldade lá. Não

tinha outra coisa. Tinha falta de dinheiro, não tem pessoal suficiente, as escolas não estão com os equipamentos, a política é muito forte na Secretaria de Educação, precisa melhorar o salário dos professores, não tem gente em número suficiente para fazer a educação do Estado, e por aí afora vai.

Quando terminou essa primeira reunião, eu disse: “Agora, eu queria uma outra coisa. Eu queria fazer reuniões por setores: Primeiro Grau, Segundo Grau, Educação Especial, com vocês, e queria que os técnicos dessas áreas, em cada ocasião dessa reunião, me trouxessem umas pastas com as informações daquele seu local de trabalho, dos seus programas em andamento, o que é que eu posso lhe orientar e os recursos que têm”. “Quando é que você quer?”. “Amanhã mesmo, eu quero continuar essa reunião”.

Quando foi no outro dia, que eu comecei a ir às reuniões com os técnicos das áreas referentes, eu cheguei em casa arrasado. Disse à minha mulher: “Olha, eu não sei, eu acho que eu cometi um crime muito grande, porque o que eu peguei foi um abacaxi dos maiores e eu não sei como é que eu vou descascar esse abacaxi”. Eu recebi aquela ruma de material, a cada reunião que eu ia, ele me dava uma quantidade enorme, sabe, e eu armava minha rede no meu quarto e passava a noite lendo. Lendo para poder me inteirar o que era isso, o que era aquilo, o que era aquilo outro e tal, antes de assumir. E, assim, eu tive o primeiro quadro do que era [a Secretaria de Educação].

Agora, eu preciso saber com quem eu vou trabalhar. Eu fui conversar com o governador: “Governador, como é que vai ser essa escolha desse pessoal que vai trabalhar?”. Ele disse: “Bom, como você já sabe que eu sou político, que eu tenho que atender aos partidos e tal...”. E eu: “Mas, Governador, e eu não tenho o direito de escolher nada?”. Virgílio: “Não, você tem o direito a escolher os chefes de ga-

binete, de escolher os seus assessores e eu vou fazer ainda uma coisa com você”, que ele era muito dedicado à educação, o Virgílio. “Eu vou pedir três nomes das pessoas indicadas para cada área e você escolhe entre os três. Eu chamo aqui, você escolhe”. Bom, eu tive que estudar os casos para não escolher às cegas, porque eu não sabia, não conhecia todo mundo. Eu não era da área...

Bom, teve aquela equipe que eu comecei a trabalhar. Então, eu comecei a trabalhar, fazendo as reuniões semanais com eles e, por aí afora, fui começando a caminhar. Foi assim que fui... Por isso que eu fui pegado de surpresa, porque eu não estava preparado.

**Márcio Pessoa:** Pelo que o senhor está falando, pareceu um pouco improvisado do governador Virgílio Távora. Acho que nem ele sabia muito bem como tratar a educação. Porque o senhor mesmo estava dizendo que não conhecia nada sobre Primeiro e Segundo Grau, então ele chamou assim e foi visivelmente algo improvisado.

**Antônio de Albuquerque:** Mas o Virgílio, ele foi governador no ano de 1962, 1963, 1964, ele foi governador do Estado. E ele fez um grande programa na área da Educação. Foi no tempo desse primeiro governo dele que ele criou os anexos do Liceu do Ceará, criou muito o número de matrículas. Ele criou um grupo, que era o grupo que chama que todo esse pessoal de esquerda que escreveu um livro chamado “Livro do Professor”. Ele deu muito valor, ele dava muito valor à educação. Muito.

Para você ter uma ideia, quando eu comecei a trabalhar com ele, eu dizia: “Governador, eu tenho algumas áreas e eu queria que o senhor me desse um pouco mais de liberdade para trabalhar. Eu sou agrônomo, então eu tenho os Colégios Agrícolas do Estado, eu quero fazer uma melhoria substancial para esses colégios agrícolas. Agora, eu preciso mexer no diretor, é preciso mais dinheiro lá e o senhor me

dá carta branca?”. “Pode fazer, desde que você não me crie problemas”. Eu digo: “Olhe, eu sou ligado a quatro municípios. O município é Pacatuba, que é a terra do meu pai, o outro município é Viçosa do Ceará, que é a terra da minha mãe. O terceiro município era Camocim, que o meu pai foi coletor estadual, foi onde o meu pai, nós moramos por sete anos, eu me lembro de lá, eu sou, de certa maneira, tenho uma ligação com Camocim. E o Crato, onde eu trabalhei como agrônomo já, e fiz amizade lá, então, eu queria que o senhor me desse essa passagem livre”. “Pode também trabalhar com liberdade”.

E como naquele tempo nós tínhamos despacho semanal, toda quarta-feira, eu despachava ao governador. E, naquelas oportunidades, eu conversava muito sobre educação com ele. Sempre ele apoiava. Por exemplo: quando eu entrei, o Sindicato dos professores foi me visitar e disse: “Olha, secretário, o maior sonho de todo professor do estado do Ceará é ter o Estatuto do Magistério. Esse é o maior sonho. A gente já vem de vários governos e ninguém conseguiu. Será que o senhor não podia fazer um esforço para isso?”. Eu disse: “Eu vou fazer um esforço. Vamos, primeiro, criar um grupo aqui dentro com a participação de vocês do sindicato e vamos elaborar uma proposta”. Aí, elaborávamos uma proposta e eu levei ao governador. “Olha, Governador, isso daqui é uma proposta do sindicato, que a gente fez para criar o Estatuto do Magistério, e eu queria o apoio do senhor”. Virgílio: “Pois não! Deixa aí e vamos mandar. Encaminhe para a Secretaria de Administração”, e mandei para Secretaria de Administração. “Mande para o Conselho Estadual de Educação”. Mandei para o Conselho Estadual de Educação. Disse: “Agora, vou mandar para a Assembleia [Legislativa]”. Mandou para Assembleia e ele promulgou esse negócio.

E outra coisa que eu dizia muito para ele, eu dizia: “Governador,

nós temos que evitar qualquer greve no Estado, que a educação não pode viver com greve, é muito horrível. Que a perda para os estudantes é muito grande com uma greve, por qualquer coisa. Uma das coisas que sempre uma pessoa promove greve é problema de salário”. E ele, na primeira oportunidade, deu um aumento maior para os professores do que para as outras categorias profissionais.

Eu vou lhe contar dois casos importantes para você saber. Um deles está contado nesse livro meu, mas o outro não botei, porque o deputado ainda está vivo e eu não me dou com ele e ele é um pouco arrogante. Mas a gente tinha aquelas Delegacias Regionais de Educação [DERE]. Em um certo município, tinha uma delegacia daquela, que tinha uma pessoa que se chamava Delegado da educação, que fiscalizava quatro, cinco, seis, sete, oito municípios, dependia da região. E, na região de Iguatu, nós tínhamos uma Delegada que era excelente, era uma educadora de primeira. Era uma mulher que conhecia a educação, tinha uma liderança enorme na região, trabalhava sem ter horário, se precisasse. Era uma pessoa muito respeitada pelos prefeitos da região.

Um dia, chega lá um deputado federal com o vice-governador, com um rapaz recém-formado na [Universidade de Fortaleza] Unifor, na área de economia, e chega lá no gabinete, ele, com esse deputado federal, e disse: “Olha, Secretário, trouxemos esse rapaz aqui para você nomear para delegado de Iguatu de educação”. E eu perguntei assim: “Ele é da área de educação?”. “Não, ele é da área de economia”. “Ele tem experiência na área de educação?”. Ele disse: “Não, ele terminou agora, mas isso aí não é difícil”. Eu [disse]: “Bom, só tem uma coisa, eu tenho um pacto com o Governador, sou muito próximo dele, toda vez que eu for fazer qualquer nomeação assim, eu tenho que conversar primeiro com ele para ter o acordo dele. O senhor me permite que

eu converse com ele”. “Não, tudo bem”.

Eu corri e telefonei logo, disquei logo para o gabinete dele. O Wilson que era o secretário. Eu disse: “Wilson, eu preciso ir agora no palácio, urgentemente”. Na mesma hora que eles saíram por uma porta, eu saí por outra e eu fui para o palácio. Quando eu cheguei lá para o Governador, eu disse para ele que ia renunciar o acordo mesmo. Eu disse: “Governador, eu vim falar aqui uma coisa muito séria. Eu acabo de receber lá o vice-governador e o deputado federal, que querem tirar fulano da secretaria lá, da delegacia de Iguatu, que é uma educadora de ‘mão cheia’, liderança muito forte, e nós vamos colocar lá... Vamos tirar essa pessoa e vamos colocar um rapaz recém-formado em economia e isso vai ter um baque enorme e nós vamos ter muita dificuldade nessa área”.

Ele ficou calado assim um pedaço e pensou e disse assim — ele chamava a gente de “doutorzinho”: “Doutorzinho, nós não vamos tirar essa professora”. Eu [disse]: “Mas governador, o senhor sabe como é o vice-governador: quando ele quer uma coisa, ele não sossega, e ainda mais esse deputado federal”. Ele disse: “Nós temos um método para resolver isso: vamos empurrar isso com a barriga”. Eu disse: “Governador, eu não estou entendendo o que é que o senhor está dizendo: ‘empurrar com a barriga’”. Ele: “É simples, quando ele chegar lá procurando o ato, você diz que não conversou comigo; quando eles vierem aqui a mim, eu digo que eu não conversei com você”. E nós ficamos nesse jogo durante vários tempos, até que um dia o deputado chegou lá danado de raiva da vida e disse: “Governador, ou você fica com o Secretário ou fica comigo”. Ele disse: “Eu fico com o Secretário” [risos]. E o vice-governador se acalmou. Quer dizer, eu estou te contando como ele era em relação à educação.

Tem um município do Sertão, que eu não vou lhe dizer o nome

para não... que eu nem citei isso no meu livro, mas eu cito essa história no livro: que tinha um prefeito que todo mundo conhecia como um cara cangaceiro, que tinha mandado matar gente até. E lá, nesse município, só tinha uma única escola na sede do município que era uma escola do estado, porque, naquele tempo, ainda tinha escola do Estado de 1º Grau. Eu tinha ido lá e tinha mandado recuperar essa escola. A escola foi toda ampliada, foi pintada, foi colocado sistema de água, melhorada a iluminação, os banheiros foram todos reformados, mandei mais carteiras novas para lá, mandei mais material. A escola “estava um brinco”.

Eu cheguei lá depois dela reformada, eu fui lá conhecer, para rever como é que estava, e a diretora disse: “Secretário, é o seguinte: todo ano, a mulher do prefeito faz aqui um bingo na cidade e ela vem e faz aqui dentro das dependências da escola, ela não faz em outro canto, é aqui dentro. Ela chega dizendo que ‘no dia tal, abra aqui, que eu vou fazer o meu bingo aqui’. E vem muita gente, e o pessoal risca a parede, quebra as carteiras, entope os banheiros, e nós estamos mortos de felizes aqui com isso e vem esse pessoal agora fazer isso”. E eu disse: “Não, não vai acontecer mais. Essa mulher não vai fazer mais essa espécie de bingo aqui dentro, não”. Ela: “Mas, Secretário, olha que ela é valente, o marido dela é muito valente”. Eu disse: “Não, pode deixar que eu resolvo o problema”.

Eu esqueci de falar isso para o Governador. Quando foi perto da festa dela, a diretora me telefona apavorada: “Olha, dentro de quatro dias, vai ser aqui na escola o bingo da mulher do prefeito. Nós estamos aqui em pânico”. Eu disse: “Não, espera que eu vou resolver”, e eu fui para o palácio. Contei ao Governador: “Governador, eu tenho uma coisa para resolver assim, assim, assim. Eu acho um absurdo ela ir lá e fazer e quebrar uma coisa que a gente investiu com muita dificuldade”.

Ele disse: “Não, ela não vai fazer festa, doutorzinho. Telefone para o Secretário de Segurança, para o General [Assis] Bezerra, manda o pelotão da polícia para lá, para dentro da escola, porque não vai haver”. E mandaram o pelotão, a mulher não fez festa.

Aí [risos] todo mundo disse assim: “Pronto, Secretário, o senhor está marcado: esse prefeito, no dia que ele tiver oportunidade, ele vai fazer algum furor ao senhor”. E da ocasião eu ia fazer, em uma região lá, próximo do município, e eu disse: “Eu quero passar nesse município”. E o meu motorista: “Doutor, o senhor vai passar lá?”. “Eu quero ir lá ver, vamos lá”. Eu cheguei lá, felizmente ou infelizmente, eu não o encontrei. Então, estou só te contando esse caso para você ter uma ideia, como era o Virgílio em relação às escolas, sabe?

**Márcio Pessoa:** Outra pergunta que eu queria fazer para o senhor era sobre financiamento da educação. O senhor destaca no livro que existe uma imprevisibilidade do financiamento, naquela época, em 1979, 1980 e 1981.

**Antônio de Albuquerque:** Não tinha um fundo de participação para educação como tem hoje. Hoje, tem o Fundeb [Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], que é um negócio bem diferente.

**Márcio Pessoa:** Sim. Professor, como que era para o senhor garantir o recurso, o que era que o senhor tinha que fazer? Como era que o senhor conseguia ter previsibilidade para executar as ações?

**Antônio de Albuquerque:** Deixa eu lhe dizer: nós tínhamos um orçamento X todo ano, certo? A maioria do dinheiro era para pagar funcionário e o pouco que restava era mais para a manutenção: pagar a luz, a água, o telefone e pouquíssimo para alguma reparação. Eu tinha lá um grupo de funcionários que fazia a recuperação de escola, que era até um major reformado do Exército. E, quando chegava a

diretora, mandavam chamá-lo no gabinete: “Major fulano de tal, vai resolver esse problema aí”. Chegava a outro, eu mandava chamá-lo de novo. Ele dizia assim: “Esse Secretário acaba me matando um dia, porque sai uma pessoa e ele vive me chamando todo tempo”. O que é que a gente fazia: tinha que buscar dinheiro.

Eu aprendi uma coisa interessante com um diretor da Escola de Mossoró, um senhor chamado Vingt-un Rosado. Quando eu era diretor do Cesar Cals, sempre que eu ia a Brasília, eu me encontrava com o Vingt-un, lá por Brasília. E o Vingt-un com uma ruma de projeto debaixo do braço. Eu perguntava: “Mas, Vingt-un, que diabo é que tu estás fazendo aqui?”. Ele disse: “Albuquerque, eu faço projeto e trago para Brasília e entrego para diferentes ministérios. Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, Ministério disso, Ministério daquilo e o primeiro que sair eu utilizo o dinheiro”. E eu digo: “E se sair dois ao mesmo tempo?”. Ele: “Não, eu digo que eu já tenho dinheiro para aquilo”. Mas ele dizia assim: “A gente tem que fazer”. E eu aprendi esse macete com ele de sempre fazer projetos.

Então, eu comecei a elaborar o projeto da Secretaria de Educação, como eu fazia muito também na universidade, para dentro da reitoria. Então, eu elaborava os projetos e levava para Brasília. Levava para a Sudene, levava aqui para o Banco do Nordeste, levava para o Ministério da Educação, levava para o Ministério da Agricultura, levava para o ministério da... Eu saía distribuindo... porque você sabe aquela história do cearense. Não sei se você sabe dessa história, que o cearense vive com a mão assim, estendida [com a palma para baixo], para ver se está chovendo. Se não está chovendo, ele vira [a palma para cima] para pedir alguma coisa. Conhece essa história do cearense? Ou assim, ou assim. Então, é assim. Ele faz assim, para ver se está chovendo, e, quando não está, ele vira assim para pedir. Então, eu

vivia com a mão assim [mostra a mão virada com a palma para cima].

E a coisa mais importante na vida do administrador, inclusive: se você for, aprenda isso, porque é importante: é você fazer amizades. Principalmente, porque em cada setor, em cada ministério, em cada banco e em cada coisa que você vai, tem aquele funcionário que é o funcionário-chave. É aquele que trabalha com o orçamento. É ele quem sabe onde é que tem dinheiro, é ele quem sabe onde pode liberar dinheiro, onde pode liberar, esse é o elemento-chave. Então, você tem que descobrir.

Dentro do Ministério da Fazenda, eu descobri quem era o sujeito que mexia com o dinheiro. Era no Departamento de finanças. E no Departamento de Finanças: “Quem é o sujeito aqui que bota dinheiro aqui: é o doutor fulano de tal, ou é o fulano de tal?”. Está entendendo? Eu fazia amizade com ele, então já ia direto falar com ele, e eu ia e conseguia recurso para essa base. Eu construía um número de escola, recuperava mais um número de escola, eu comprava mais equipamentos, eu recebia mais livro didático.

Para você ter uma ideia: quando eu estava na Secretaria de Educação do estado, o Estado do Ceará passou a ser o terceiro estado que mais recebia dinheiro na área de 1º e de 2º grau. De todo o Brasil, para se ter uma ideia. Quando eu fui para o ministério, eu fiz com que o Ceará fosse o primeiro estado a receber, sendo que o secretário que ficou no meu lugar não gastava o dinheiro. Chegou um dia, o secretário-geral falou: “Eu vou ter que cortar o dinheiro do Ceará, porque a pessoa que você está mandando dinheiro para aí [no Ceará] e outros estados estão me cobrando e tudo está lá enterrado no Ceará”.

Todo ano, eu tentava aumentar um pouquinho no orçamento do estado. E ia o Secretário da Fazenda, às vezes, eu conseguia um dinheiro extra do Secretário da Fazenda, às vezes, pedia até mesmo ao

governador. Dizia: “Governador, o senhor não dá para conseguir um dinheiro a mais para tal coisas que eu queria fazer?”, está entendendo? Para você ter uma ideia: todos os colégios agrícolas foram recuperados, todos os colégios agrícolas tiveram novos equipamentos, novos alojamentos, o pessoal está estudando.

Fiz um centro de treinamento, que era o maior sonho do pessoal da secretaria que fazia treinamento, porque não tinha um local para treinar os funcionários, os professores. Ou você treinava em uma escola, parava as aulas, ou você pedia emprestado um salão paroquial, ou você pedia emprestado um salão de uma universidade... Era sempre assim, não tinha um local. Eu disse: “Vou fazer um centro de treinamento”. Bom, o pessoal dizia: “Como é que o senhor vai fazer?”. “Deixa que eu vou encontrar uma maneira de fazer isso”.

Percorri as escolas, porque uma das coisas que eu também passei a fazer foi visitar as escolas de todos os municípios sem avisar. Porque a primeira vez que eu fui a uma escola, tudo preparado, os meninos tudo tomado banho, tudo penteado, os professores tudo de roupa nova, salgadinho para comer, refrigerante, e era feito da cota dos professores, os pobrezinhos se organizavam para poder receber o secretário. E até nesse dia em que eu fui, um garoto lá que eu entrei na sala, cada sala eu era recebido com uma música, era aquela saudação, até uma criança irrequieta, que eu via que ela estava querendo fazer uma pergunta, eu disse: “Meu filho, o que é que você quer?”. Ele disse: “Me diga uma coisa: você é que o dono desse negócio aqui?”. Eu disse: “Não, eu não sou o dono de nada, não”. Eu disse para professora lá, na frente dele: “Olha, a não ser quando o governador for inaugurar um negócio, eu vou ter que ir, mas nunca me chame mais para visitar uma escola programada”.

Eu saía de casa, às vezes, pela manhã e dizia: “Passe no bairro

tal e tem a escola tal, que eu quero ver”. Ou, quando eu ia para o interior, dizia: “Passa nos municípios tais e tais, que eu quero parar para ver as escolas”. E assim foi uma beleza, porque eu sabia como é que estava funcionando, quem era a diretora, como eram as condições, e isso me dava um suporte muito bom. Então, às vezes, eu falava com o governador: “Eu estive em tal local e preciso de dinheiro para fazer isso. Não dava para o senhor conseguir?”. E, às vezes, ele conseguia, mandava, autorizava e conseguia. E era assim que a gente fazia. Quer dizer, você, se esperar só pelos recursos orçamentários, como a gente chama, você está “frito”, porque não é suficiente para você fazer nada.

**Márcio Pessoa:** Entendi. É interessante ver como mudou para melhor, como o senhor destacou, com o Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério] e o Fundeb.

**Antônio de Albuquerque:** Mudou, mudou muito. Essa coisa do Fundo de Desenvolvimento da Educação é um negócio extraordinário. O Fundeb melhorou bastante, aumentou mais o nível da educação... Ficou muito bom.

**Márcio Pessoa:** Professor, o senhor diz também no seu livro que — que para mim é um pouco chocante, porque eu nasci em 1985, então, eu sou bastante novo, não peguei essa época — mas o senhor diz no seu livro que ia construir, se eu não me engano, eram 1.200 escolas com uma ou duas salas, para tirar a escola da casa das professoras.

**Antônio de Albuquerque:** É verdade.

**Márcio Pessoa:** O senhor visitou esse tipo de escola? Como era que funcionava?

**Antônio de Albuquerque:** Visitei. Inclusive, é uma parte muito interessante... só abrindo um parêntese aqui na nossa conversa. Eu vou muito a Viçosa do Ceará, para a terra da minha mãe, porque ela

é de lá, tanto é que eu acabei herdando uma casa lá, da família. Que era da família. Então, sempre que eu ia à Viçosa, quando era criança, a família não tinha dinheiro para a gente passar as férias, a gente ia para casa dos tios, ficava lá na casa dos tios. Lá tinha almoço, tinha o jantar, tinha tudo de graça, então, a gente ia muito para lá, para Viçosa, por isso, sou muito ligado [à cidade].

Tem uma pessoa extraordinária de Viçosa do Ceará chamado Felizardo de Pinho Pessoa Filho. Foi pioneiro no estudo do calazar no Ceará, era farmacêutico, foi médico, fez operação na cidade, quando não tinha médico lá. E o Pinho, ele conseguiu, ele me dizia, há pouco tempo, ele fez 103 anos agora. Um dia eu estava conversando com ele, ele disse: “Albuquerque, eu consegui fazer o primeiro grupo escolar”. Naquele tempo, chamava-se grupo escolar. Ele: “Na cidade, foi eu que fiz. E eu consegui de três agricultores o alpendre da casa deles, para botar uma professora para ensinar as crianças daquela região”.

Quer dizer, então era muito comum nas fazendas, nos alpendres, nas casas, às vezes, até na sala das casas de alguns produtores, as pessoas darem aula. Ou, então, o município construía, no meio rural, uma sala de aula só, com um banheiro. Você só tinha uma sala de aula com um banheiro. Então, nós tínhamos aquele programa que eu esqueço o nome agora, Educação no Meio Rural, e que a gente começou a fazer escola no meio rural com duas salas, banheiro e uma sala para a diretoria, um quarto para o estudo das crianças etc.

Depois, começamos ampliando para algumas escolas com três salas, e a gente aproveitava, porque, às vezes, você tinha dinheiro, não para construir escola, mas para construir um centro, aquilo em um determinado distrito. Então, a gente construía como se fosse um centro de convivência das pessoas, mas, na realidade, a gente transformava aquilo em uma escola, transformava naquilo, quer dizer, era muito

comum naquele tempo. A gente chamava grupo escolar. E eu ainda fui aluno desse tipo de coisa no interior. Era grupo escolar e, muitas vezes, essa coisa de sala de aula dentro da casa da professora. Porque, muitas vezes, nomeava para ser professora a mulher do fazendeiro, a filha do fazendeiro, [que] tinha algum estudo. Porque a maioria — era no meu tempo da Secretaria, eu encontrei muita escola assim — a maioria dos professores eram leigos. Não tinha formação de professores. Eram pessoas que tinham feito o primeiro, o segundo e o terceiro grau primário, como chamavam, como sabiam alguma coisa, ensinavam a quem não sabia nada.

**Márcio Pessoa:** Outro detalhe que eu achei interessante que o senhor narra no seu livro é sobre a contratação de professores. O senhor diz no livro que tinha muita interferência política. Eu gostaria de saber como eram essas contratações dos professores. Qual era o peso político? E se havia pessoal qualificado. Porque o senhor acabou de dizer que havia os leigos. Mas tinha pessoal qualificado também?

**Antônio de Albuquerque:** Tinha. No meu tempo da Secretaria, a gente só contratava... contratava muitas professoras, mas que tinham pelo menos o curso normal, que é basicamente o Segundo Grau. A gente contratava. Mas não contratávamos mais professores leigos no tempo em que eu estava na secretaria. Nós contratávamos sem muita instrução as merendeiras, as pessoas que ajudavam na limpeza da escola, a vigilância, isso a gente contratava.

E geralmente o que é que acontecia: o governador, ele atendia muito às solicitações dos deputados. Então ele falava comigo: “Olha, eu preciso nomear tantas professoras”. A gente sempre combinava: “Governador, essas professoras têm que ter, no mínimo, o normal”, e ele fazia isso, exigia que fosse o normal. Embora, algumas vezes, a gente tivesse a dificuldade com alguma dessas pessoas, porque essas

pessoas, muitas vezes, era a mulher do prefeito, era filha do prefeito, era uma pessoa muito ligada [politicamente]...

Eu conto até uma história, de um dos casos que você viu lá [no meu livro], que estava um deputado, que queria tirar a diretora da escola pequena e que eu cheguei lá e a diretora estava fazendo um bom trabalho. Então, mas nós conseguimos muitos professores leigos muito interessados e a gente sempre treinava, muito dedicados à educação, pessoas extraordinárias. E eram leigas, é bom frisar isso. Quer dizer, não eram pessoas que não estavam interessadas, que só estavam interessadas em ganhar dinheiro, não, porque nós tínhamos pessoas leigas dedicadas, estudiosas e que foram recebendo treinamento.

**Márcio Pessoa:** E como era a questão do peso político nas contratações, porque, naquela época, não tinha concurso.

**Antônio de Albuquerque:** Os concursos começaram a ser... inclusive, eu acho que no Estatuto [do Magistério] é que era estabelecido, daí em diante, o concurso. No próprio Estatuto do Magistério, acho que foi daí que a gente começou, inclusive, como era que ia ser a escolha de diretores, essa coisa toda estava dentro do Estatuto do Magistério, na época. Antes, não existia nada disso.

Como era feita essa distribuição entre os políticos? Dependia de cada município e dependia do deputado que era do governo ou não, da coligação do governo ou não. Em todas as áreas das secretarias, não era só na da Educação. Mas havia muito isso. Agora, o governador sempre conversava comigo e eu tentava entender a situação dele. Porque eu não era eleito, não tinha proteção política. Ele é que era político, ele tinha proteção política. Eu tinha que entender, por outro lado, os interesses deles nessa coisa da política.

Então, de certa maneira, eu aceitava, desde que houvesse algumas condições mínimas para aquelas pessoas. Por exemplo, ninguém con-

tratava professor para Segundo Grau que não fosse qualificado com o curso de pedagogia, ou engenheiro para ensinar física, ou agrônomo para ensinar química ou um pedagogo para ensinar educação. Sempre um Segundo Grau, eram pessoas qualificadas, muito bem qualificadas.

**Márcio Pessoa:** Outra coisa que eu fiquei curioso, professor: o senhor já falou algumas vezes sobre o Estatuto de 1979, e nesse Estatuto de 1979, o senhor diz o seguinte sobre ele: que “regularizou” a situação dos professores contratados e coloquei aqui umas aspas suas: “o Estatuto regularizou a situação dos professores contratados”. O que significa essa regularização?

**Antônio de Albuquerque:** É porque esses professores, eles não tinham estabilidade. Eles eram contratados por seis meses, por um ano, está entendendo? Quando terminava o contrato, ele podia ser renovado ou não podia ser renovado. A gente disse assim: “Bom, quem já é professor, por ocasião do Estatuto, fica sendo professor. Depois ele faz concurso para outras coisas, mas ele não perde, não vai ter aquela coisa de sair todo ano da escola e deixar de ser professor da escola”, está entendendo? E isso é o que a gente fez. Era dar a estabilidade.

Para você ter uma ideia, quando eu entrei para ser professor na Universidade Federal do Ceará, eu e vários professores das ciências agrárias e vários e vários que ficaram por lá, naquele tempo, a Universidade, quando eu entrei para ser professor em 1965, ou você era chamado “do quadro”, que era servidor público mesmo, que eram os catedráticos, os assistentes dos catedráticos que se tinham. Não tinha CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] para professor universitário, nessa época, e nem para funcionário, quando eu entrei, em 1965.

Depois que eu entrei, é que surgiu a possibilidade de professores

e de funcionários serem contratados por CLT, a lei trabalhista. Então, naquele tempo, a gente recebia sabe como? Chamava-se “recibado”. Por exemplo, tinha o dinheiro para o projeto com o Banco do Nordeste. Então, aquele projeto do banco tinha tanto para pagar o pessoal, então você passava a receber por aquele projeto. Se aquele projeto terminasse, você estava no limbo. Você não sabia se continuava ou não. Quer dizer, sempre era uma instabilidade muito grande, muito grande mesmo. A gente ficava em uma insegurança muito forte. Até que um dia possibilitaram que a gente fosse para o CLT e, depois de muitos anos, transformaram os próprios servidores públicos que passassem em um concurso interno para ser funcionário, ser do Quadro dos Servidores Federais.

**Márcio Pessoa:** Então, no caso dos professores de Primeiro e Segundo Graus, é como se fosse um tipo de efetivação que foi realizada?

**Antônio de Albuquerque:** Exato, mais ou menos isso. Não era uma efetivação permanente, mas era, de certa maneira, uma estabilidade.

**Márcio Pessoa:** Outra coisa que o senhor fala sobre o Estatuto do Magistério de 1979: o professor que completa 50 anos de idade ou 25 anos de serviço tem o seu regime de trabalho reduzido em 50%. O senhor pode me explicar essa parte, como era que isso funcionava?

**Antônio de Albuquerque:** Deixa eu lhe dizer como era: os professores reclamavam muito que eles não tinham um horário para elaborar as provas, para estudar, para planejar as atividades pedagógicas... Bom, eles sempre viviam só dando aula, dando aula. Se ele quisesse se preparar, ele tinha que fazer em casa, à noite. Então, a gente... Foi sugerido, não foi nem por mim. Porque, veja bem, eu não sugeri praticamente nada nesse Estatuto. Eu criei um grupo de trabalho, formado pela representação do Sindicato e um grupo terceiro de

técnicos da Secretaria de Educação.

Esse conjunto de pessoas é que elaboraram o Estatuto. Apenas eles apresentaram para mim. Eu li e perguntava algumas dúvidas que eu tinha para eles. “E isso aqui o que é que significa? Por que isso aqui?”. Está entendendo? Por exemplo, o Adelino Alcântara, o Secretário anterior a mim, ele conseguiu um negócio interessante: era chamada a “lei do giz”, que era o seguinte: quem ficasse dentro da sala de aula, porque havia muito isso no Estado também naquela época, o sujeito era contratado como professor e ele encontrava uma maneira de sair e de não ser professor. Ele ia ser secretário só, achava que ele não tinha jeito de dar aula. Ele só tinha sido contratado para professor porque tinha dado aquela forma para ser contratado. Então, ele queria ser secretário. Ou, então, ele conseguia imediatamente ser colocado à disposição: o prefeito pedia aquele professor para ser Secretário de Educação dele, ou pedia para ser secretário dele. Então, havia muito esse esquema montado para a pessoa não entrar na sala de aula propriamente dita.

Então, que é que aconteceu? Para estimular a pessoa a entrar em sala de aula, ele conseguiu o que ele chamava de a “Lei do Pó de Giz”. Quer dizer, o professor que ficasse dentro da sala de aula recebia mais 20% do salário. Só para aqueles que realmente davam aula. Isso foi considerado uma coisa espetacular. Isso nós mantivemos, por exemplo, no Estatuto, que é uma coisa boa, vamos manter. O que é que foi colocado no Estatuto? Vamos dar um tempo para os professores se programarem [planejarem]. Então, qual era esse tempo: os professores mais antigos teriam tempo estabelecido já no regulamento para eles poderem ter esse tempo para planejar as aulas e estudar mais.

E uma dificuldade também que a gente tinha muito na Secretaria era como mandar o pessoal para ser treinado fora. Seja aqui dentro do

próprio Estado, que era do município de Fortaleza, foi tirado, digamos, de Tianguá para ir para Sobral, ou mandar uma pessoa daqui para o Rio de Janeiro estudar, daqui para Recife, porque, às vezes, você não tinha quem colocar em substituição. Como é que eu lhe tiro da sala de aula, mas eu não tenho condições de botar outra pessoa? Então, era um negócio muito complicado, também nesse aspecto de você não ter condições. Eu acho que no Estatuto foi colocada alguma coisa assim: o professor poderá ter que se qualificar e obrigatoriamente será colocada uma pessoa no lugar dele. Foram coisas mais ou menos dessa ordem que foram colocadas no Estatuto, naquela época.

**Márcio Pessoa:** Agora, especificamente sobre essa questão dos 50 anos de idade ou 25 anos de serviço, se eu trabalhasse, vamos supor, 40 horas de serviço por semana, isso significava que eu ia passar a trabalhar só 20h, mas continuaria ganhando por 40h?

**Antônio de Albuquerque:** Era. Era mais ou menos isso. Agora, veja bem: esse Estatuto, depois que ele foi publicado, em 1979, no tempo do Luiz Gonzaga Mota, que o Ubiratan Aguiar era Secretário de Educação, eles mudaram muita coisa nesse Estatuto. É tanto que, no final, vamos lá, foi modificado por uma nova lei de tanto e tanto. E tanto é que... Isso é notoriamente uma coisa interessante. No governo do Luiz Gonzaga Mota, o Ubiratan dizia que eles é quem tinham criado o Estatuto do Magistério.<sup>2</sup> Ele não se referiu que já vinha lá do governo anterior. Como eles mudaram a lei, então eles passaram a chamar: “Não, nós é que fizemos o Estatuto do Magistério”. É aquela história: você é administrador e sai, e o outro, que chega no seu lugar, aproveita o que você fez.

Por exemplo: eu cito lá no livro — você deve ter lido isso: os

---

<sup>2</sup> Um novo Estatuto do Magistério foi aprovado em 1984, na gestão do governador Gonzaga Mota. Trata-se da Lei Estadual N° 10.884, de 02 de fevereiro daquele ano.

políticos chegavam muito no gabinete do secretário dizendo assim: “Olha, eu preciso de tantos professores”, “Olha, lá só tem duas salas de aula, eu preciso mais de sala de aula”, “Lá não tem cantina na escola”. Vão dizer assim: “Lá está sem carteira na escola” e a gente nunca sabia. Se você não tivesse ido no local, você não sabia. Eu digo: “Eu vou acabar com essa história”. Eu formei um grupo de trabalho, coloquei um advogado da Secretaria. Eu disse: “Você vai verificar a documentação legal da escola”, porque a escola tinha que ter uma documentação do terreno onde ela está inserida, do decreto que criou a escola etc.

Chamei um engenheiro, botei um engenheiro no grupo: “Você vai olhar a dimensão da escola, o que é que precisa ser ampliado, se é mais sala de aula, se é cantina, se é biblioteca. Você vai fazer e vai desenhar isso para cada escola. Tem um desenhista aqui que vai com você, depois ele faz esse desenho”. Depois, eu peguei uma pedagoga e disse: “Você vai conversar, fazer a sua situação pedagógica da escola: se o pessoal foi treinado, está qualificado, quantas e tal...”. Peguei o pessoal do setor de recursos humanos: “Você vai lá e vai ver quantos funcionários, quantos professores têm, quantas precisam, quantas têm de merendeiras, se não tem merendeira, se tem vigia, se tem isso ou aquilo outro”.

E nós passamos um ano, um ano de trabalho; não foi um, dois ou três meses, foi um ano. Gastamos dinheiro com esse pessoal viajando, município por município, e chegava no município, na sede do município, no distrito do município. Quando passado um ano, toda essa trabalhadeira, a gente pagando diária, gastando dinheiro com gasolina, pagando todas as despesas de papel, de desenho, tudo o que tinha feito, nós pegamos um fichário novo, nós compramos um fichário novo com uma pasta para cada município com as respectivas escolas, com toda

essa documentação: documentação legal, desenho da escola, lotação de pessoal, equipamentos, livros didáticos, merenda, etc. etc., e formamos todo esse material.

Qual era a ideia que a gente tinha? Na hora que chegasse aqui um deputado para pedir alguma coisa ou o governador tivesse dúvida, eu pegava a pasta daquela escola, estava lá comigo, e mostrava: “Deputado, está aqui a sua escola que está provendo, olha. Tem isto, mas está precisando disso, está precisando daquilo. Está aqui: esse é um documento oficial”. Eu terminei, eu estava saindo, nós inauguramos esse material, eu botei em uma sala, levei ao novo Secretário que estava assumindo no meu lugar. Disse: “Está aqui para você, tudo pronto, tudo preparado”. O que ele fez? Ficou jogado no canto. Jogou no lixo. Jogou para lá. Quer dizer, isso é o mal do serviço público, porque muitas vezes não há continuidade. Cada sujeito que chega no posto, ele quer fazer alguma coisa diferente, ele não quer que alguma coisa boa que o outro fez ele continue fazendo, porque senão o outro que vai continuar aparecendo.

Esse é o mal de administração pública de uma maneira geral no Brasil, no Ceará, em Fortaleza, nos municípios: você sempre está querendo fazer coisas diferentes para poder aparecer mais. E esse era um trabalho, foi um ano de trabalho, não foi uma coisa de um mês ou dois meses; foi um ano. E ele acabou com tudo isso. Não teve interesse, não procurou.

Quer dizer, eu acabei me atritando com esse Secretário, porque, além disso, eu fiquei muito chateado com esta história: como eu mandava muito dinheiro para ele, e ele não gastava o dinheiro e o pessoal do MEC ficava me pressionando. Uma vez, o governador foi a Brasília e pedi um almoço com ele: “Governador, eu estou em uma situação difícil, porque eu estou mandando dinheiro para o Ceará, o Ceará pas-

sou a ser primeiro estado a receber o dinheiro e não estão gastando o dinheiro. Então, eu estou em uma situação difícil, o Secretário Geral está me empurrando todo tempo na parede: ‘que diabo é isso?’”. O governador chegou aqui [no Ceará] reclamando dele e ele ficou com raiva de mim, ficou com raiva porque eu estava fazendo coisa contra ele. Para você ver como é complexo esse negócio de administração, das pessoas ocuparem determinados cargos. É um negócio muito complicado.

**Márcio Pessoa:** O que o senhor encontrou que lhe marcou nesse levantamento? O que o senhor encontrou nesse levantamento que o senhor destacaria? Qual era a realidade escolar que o senhor encontrou?

**Antônio de Albuquerque:** Veja bem: eu não lia cada um assim que terminava. Deixei o pessoal trabalhar, sem querer forçar nada, sem dizer assim: “Na hora que a gente vai procurar, chama ele: fulano, você já tem a informação do município tal, da escola tal”, poderia parecer que eu estava pressionando o grupo. Então, eu dei toda a liberdade para o grupo fazer. Eu só tive conhecimento propriamente quando estava finalizado, mas foi um trabalho extraordinário dos técnicos. Eles descobriram escolas que tinham materiais demais e que não precisavam. Descobriram escolas que eram carentes demais e a gente não sabia. Descobriram situações de funcionalidade da escola mais adversos: não tinha livro, não tinha biblioteca, não tinha sala para professor, não tinha banheiros adequados para os estudantes, está entendendo?

Porque, como o Ceará tem muita pobreza e a maioria dos estudantes é de escolas públicas, pelo menos era assim no meu tempo, era mais pessoal da classe mais baixa, porque a classe média e a classe alta iam para escolas particulares, ninguém ia para a escola pública.

Era raro, raro, muito raro, naquele tempo, aluno de classe alta [em escola pública]. Estudava, no máximo, no Liceu, na Escola Normal de Fortaleza, mas, no interior, ninguém ia para a escola pública. Todo mundo ia para... tinha o Colégio Diocesano, no Crato, você ia para o Colégio Diocesano, no Crato; tinha o Colégio Diocesano, de Sobral, você ia para o Colégio Diocesano, de Sobral. Você ia para o colégio do professor fulano de tal, em tal município. Então, era muito nessa base.

O pessoal que [estudava] na escola pública era o mais carente: passava fome, não tinha condições de estudar em casa, tinha dificuldade de receber o material didático que era devido, não sabia utilizar convenientemente... O material didático que vinha para nós era um absurdo, era tudo de linguagem do sul do país.

Então, o que eu estou lhe dizendo: era um pessoal muito carente, daí o porquê a gente partiu para produzir o material [didático] do Ceará, para o pessoal aprender as coisas do Ceará. Daí veio a primeira “Cartilha da Ana e do Zé”, que o projeto era uma sequência. Vinha primeiro a “Cartilha da Ana e do Zé”, veio o primeiro livro, o segundo livro, o terceiro livro, o quarto livro, o livro do professor para poder orientar o professor que era assim, de certa maneira.

Esse não era um projeto para ser feito em uma administração. Para fazer aquela “Cartilha da Ana e do Zé”, nós passamos quase um ano naquilo, porque tinha que juntar especialistas, tinha que visitar as escolas, chamava gente de fora. Quem é uma educadora que podia coordenar esse grupo? Bom, a melhor educadora, daquele tempo, não era difícil, era a Luiza de Teodoro,<sup>3</sup> professora da UECE, era uma pessoa excelente. Convidamos a Luiza.

---

<sup>3</sup> Luiza de Teodoro Vieira foi professora da Universidade Estadual do Ceará — UECE.

A Luiza de Teodoro tinha trabalhado na Secretaria [de Educação], era uma pessoa de esquerda e tinha, naquele tempo, ela tinha sido colocada de lado, o Virgílio [Távora], que teve que tirar um bocado daquela gente de esquerda da Secretaria. Tanto é que, quando o pessoal escolheu, eu fui ao Governador: “Governador, você está escolhendo a Luiza de Teodoro, como ela é considerada uma pessoa de esquerda, mas ela é uma educadora de ‘mão cheia’, nós vamos chamá-la, independentemente da opinião ideológica. Eu tenho respaldo para isso?”. Ele disse: “Pode chamar. Ela é uma grande educadora, pode chamar. Deixe comigo”. Tanto é que ele deu cobertura total para chamar a Luiza.

Quem é o melhor fotógrafo naquele tempo para bater as fotos? É o José Albano. Então, vamos chamar o José Albano. Quem é o melhor sujeito para fazer desenho aqui, naquele tempo? É o Mino. Chama o Mino.<sup>4</sup> Então, foi assim que a gente foi formando a equipe. Ele saiu para a zona da praia, que se descobriu que na zona da praia as pessoas tinham um linguajar diferente. Quando chegava na serra, era outro linguajar diferente dos agricultores e criadores. Quando chegava no sertão central, era outro linguajar. O pessoal foi em cada região gravar as opiniões e o ponto de vista das outras pessoas. Foi um trabalho extraordinário, muito bonito, muito bonito mesmo. Eu tive a felicidade de, no dia em que eu estava saindo, praticamente, nós lançamos a primeira cartilha, a “Cartilha da Ana e do Zé”.

**Márcio Pessoa:** Uma coisa que eu fiquei em dúvida: o senhor falou do Estatuto do Magistério de 1979, mas eu tinha encontrado um Estatuto do Magistério de 1974<sup>5</sup>. Eu queria saber se esse estatuto era “letra morta”, porque o senhor tratou o de 1979 como se fosse o

<sup>4</sup> Hermínio Macêdo Castelo Branco, “Mino”, é um cartunista fortalezense.

<sup>5</sup> Trata-se da Lei Nº 9.825, de 10 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Estado.

primeiro.

**Antônio de Albuquerque:** Olha, eu não conheço esse de 1974. A informação que eu tinha na época, era do Sindicato da APEOC, da Associação dos Professores do Estado do Ceará, APEOC, que era até o Brilhante, o presidente.<sup>6</sup> A informação que eu tinha que era do Brilhante, do pessoal do Sindicato que dizia assim: “Nós estamos trabalhando há muito tempo [na escrita do estatuto], e nós nunca conseguimos em governo nenhum”. Essa é a informação que eu tinha na época, é por isso que eu dei aquela informação. Se existia, não conhecia e ninguém me informou que existia um.

**Márcio Pessoa:** Eu queria saber porque é muito comum isso no Brasil: de existir uma lei que não é praticada, que não é colocada em prática. Sabendo disso, eu fiquei em dúvida se foi isso que aconteceu com essa lei de 1974.

**Antônio de Albuquerque:** Eu não sei lhe informar, pois eu entrei na Secretaria em 1979, muito tempo depois.

**Márcio Pessoa:** No seu livro, o senhor transcreve uma matéria do jornal O Estado em que o colunista Teobaldo Landim lhe elogia pela sinceridade, lealdade e competência, o que ele destaca como características raras na gestão Virgílio Távora. Sabendo disso, eu pergunto: como foi ter trabalhado no governo estadual em meio à ditadura militar?

**Antônio de Albuquerque:** Deixa eu lhe responder dois pontos: eu cito duas observações naquele meu livro, uma do Egídio Serpa. Quando eu fui escolhido, o Egídio Serpa dizia assim: que eu não daria para ser Secretário, nem foi com a sua apresentação, foi arrumadinho, todo penteado, todo tomado no banho, não sei o quê que ele disse lá.

---

<sup>6</sup> Francisco Brilhante Teixeira foi fundador e presidente do sindicato APEOC, que representa os docentes da rede estadual do Ceará.

E o Teobaldo era um analista muito combativo. Era um jornalista corajoso, não tinha essa história de ser de um partido A ou B, C, nada. Ele era uma pessoa que dizia que achava o que queria dizer e tal. Todo mundo tinha medo do Teobaldo. Ele era uma pessoa que quando estava em cima da pessoa era parada [dura]. E, na realidade, ele fez aquele julgamento até para a surpresa minha, surpreendente, eu me encontrei com ele: “Eu vou botar uma nota da sua saída [da Secretaria]”. E botou aquilo para mim.

Naquele tempo, existia no Estado um serviço de informação que tinha, não sei qual era bem no secretariado, eu sei que era o [José Antônio] Bayma [Kerth], que, me parece, era o chefe do Serviço Estadual de Informação — SEI. E eu tinha lá... cada Secretaria tinha um responsável por isso e é uma coisa muito interessante. No caso da Secretaria, era um coronel do exército reformado, era um coronel. E sabe o que ele fazia? Ele fazia recorte de jornal. Isso era o trabalho dele: recortava jornais e guardava, e, às vezes, ele dizia: “Eu vi isso aqui teu no jornal”, comigo. Mas eu nunca tive interferência de ninguém, não tive insegurança, dizendo: “Olha, no meu plano...”, porque sempre qualquer coisa, eu confiava no Governador, se viesse com coisa ou com coisa.

Eu tive dificuldade com medida de segurança, quando eu fui diretor do Centro de Ciências Agrárias com o reitor da Universidade, que me levou para Polícia Federal, está entendendo? Tive que ir para Polícia Federal denunciado pelo reitor, porque eu tinha conseguido uma verba para um investimento no Centro de Ciências Agrárias e ele achou que eu tinha passado por cima da autoridade dele, eu tinha ido direto sem falar com ele para conseguir o dinheiro. Quando o dinheiro chegou, que era para o Centro de Ciências Agrárias, eu fui dizer para ele que ele tinha que mudar, que não podia ser no nome

dele, no meu nome, aí ele denunciou: “Você passou por cima de mim, eu vou devolver o dinheiro”. Eu disse: “Se você devolver o dinheiro, denuncio para todo mundo na Universidade”. E eu denunciei, ele ficou com raiva e me levou para a Polícia Federal. Eu tive que ir lá na Polícia Federal e, nesse período, eu sofri também uma ordem, porque tinha o caso de moradores que eram funcionários antigos. Antigamente, todo aquele *campus* do Pici<sup>7</sup>, todo o *campus* do Pici era só a Escola de Agronomia. Quando você vê lá do Pici, tinha ali todo Centro de Ciências, tudo, aquilo tudo era da Agronomia, lá no [bairro] São Gerardo.

Quando eu fui estudante [no *campus* do Pici], a gente tinha muita área para práticas agrícolas, plantio, criação de gado, que depois foi encurtando, encurtando e praticamente hoje não tem mais nada. Então, havia os moradores da Agronomia na Perimetral, naquela Avenida Perimetral que ficava por trás. Eram umas casas que foram feitas muitos tempos atrás e esses agricultores, esses moradores tinham que... naquele tempo, eram os vigias da Agronomia, porque não existia contrato na Universidade de empresa particular para vigilância. Eram eles que faziam [a vigilância]... que eram [os vigilantes].

E a maioria daqueles vigilantes eram cangaceiros lá do interior, Jaguaribe, assassinavam alguém em Jaguaribe. Uma parte deles desistiu, na época, e vieram para o diretor e o diretor estava lá estudando... Então, era o “cabra” bem valente, meio... já tinha assassinado gente. Era o “cabra da peste”, como se chamava. No tempo, eles receberam o dinheiro que estava atrasado e queriam melhorar um pouquinho a casa deles, aumentar um quarto, melhorar cozinha e vieram falar comigo. Nesse tempo, já tinha prefeitura na Universidade. Eu disse para eles:

---

<sup>7</sup> *Campus* do Pici é o principal *campus* da Universidade Federal do Ceará, localizado em Fortaleza. Atualmente, o bairro onde ele está localizado chama-se Pici.

“Eu não posso autorizar mais nada, porque agora tem a prefeitura da Universidade, vocês têm que ir lá”. Eles foram várias vezes à Reitoria e voltavam para mim: “Ninguém consegue falar e o pessoal não liga para a gente”. Eu digo: “Bom, eu não posso, infelizmente, autorizar nada”. Eles: “Então, a gente vai bater aqui na marra”. Eu: “Bom, vocês fazem e se responsabilizam”, e eles fizeram sem autorização minha.

E, daí, eu recebi uma ordem do reitor dando 24 horas para eu passar o trator por cima das casas. Eu respondi para ele que eu não podia passar trator por cima de casa de ninguém, não era a minha função. Se quisesse passar um trator, que ele mandasse o pessoal da prefeitura dele. Ele ficou possesso de raiva e me levou para a polícia. E a Polícia Federal passou a fazer um esquema comigo: eu, quando ia dar aula, chegavam os agentes da Polícia Federal — naquele tempo, todo mundo tinha medo da Polícia Federal. Eles chegavam no gabinete e perguntavam à secretária: “O professor Albuquerque está?”, e a secretária respondia: “Ele está dando aula”. “Diga a ele que nós estivemos aqui, mas tivemos que ir embora” e não iam me procurar. E o pessoal da Secretaria começou a ficar todo mundo nervoso.

Eu disse: “Eu vou acabar com essa confusão aqui”. Telefonei para o chefe da polícia, ao delegado do chefe da polícia, para pedir uma audiência com ele. Nesse tempo, botei um paletó, uma gravata e fui para Polícia Federal. Naquele tempo, era um negócio complicado entrar da Polícia Federal, passava por várias salas, passava por várias grades etc. Até que, quando eu cheguei lá, eu disse para ele: “Eu sou professor Albuquerque, eu sou o diretor do Centro de Ciências Agrárias e hoje eu quero ter uma decisão sua: ou eu saio daqui livre ou eu saio daqui preso. Quero saber como é. O senhor vai mandar me prender, o que eu vou conversar com o senhor é uma conversa

franca. Está acontecendo isso, isso, isso e eu não vou mais admitir que mais nenhum agente do senhor vá lá me procurar e quero lhe comunicar que, se eles forem, eu vou pegar os cabras que são nojentos e vamos ‘quebrar tudinho no pau’, viu? O senhor fique sabendo que vai acontecer isso, se o senhor não quiser ver isso acontecer, então tome as providências”.

Ele disse assim: “Eu vou fazer uma coisa com o senhor que eu não fiz com ninguém: eu vou mandar buscar a sua pasta”. Nesse tempo, a minha pasta estava dessa altura [gesticulando com as mãos para indicar uma pasta volumosa]. Ele disse: “Sabemos da sua vida desde que você era estudante, está tudo aqui escrito. Sei que você era estudante, por onde você andou, por onde você trabalhou, está tudo aqui dentro. Nós nunca encontramos nada contra o senhor. Tudo: onde o senhor trabalhou, por onde andou nesse tempo, não tem nada aqui contra o senhor e tenho essa carta aqui que o reitor mandou para mim”. E eu disse: “Bom, e agora como é que fica a situação?”. Ele disse: “Nós vamos fazer um negócio: o senhor não diz que veio aqui, que não viu nada disso, e eu não vou dizer nada aqui e eu não vou mandar mais o meu agente lá atrás do senhor”. Foi, assim, que eu terminei isso. Quer dizer, tem determinadas coisas na vida da gente que se você não reagir logo...

Olha, aprenda: você é muito jovem e eu vou lhe ensinar duas coisas, porque você ainda pode ser chefe de muita gente e para ter uma boa disposição para trabalhar... Você trabalha em quê, em qual área?

**Márcio Pessoa:** Eu sou professor.

**Antônio de Albuquerque:** Você ainda pode ser secretário de Estado um dia, então deixa eu lhe dizer o seguinte: tem momentos que você tem que aparecer e tem determinados momentos em que você tem que “baixar”. Quando você tem uma situação muito difícil — eu

aprendi isso com um sujeito fabuloso, quando eu era estudante, ele me ensinou isso, porque tinha um diretor que queria me tirar e ele disse... E ele era diretor administrativo, ele disse: “Eu não vou lhe tirar”. Só porque o diretor era de um partido e a minha família era de outro partido.

Naquele tempo, você não pegou essa parte, quem era da UDN [União Democrática Nacional] era uma coisa, quem era do PSD [Partido Social Democrático] era outra coisa, e aí quem fosse do partido do Governo, na época, que botava todo mundo para fora. Eu entrei lá levado pelo Plínio para ser funcionário, eu era tesoureiro auxiliar, fazia pagamentos da repartição, fazia todos os pagamentos, todo mundo gostava de mim e o diretor chegou e perguntou qual era a minha família. Eu disse e ele mandou me botar para fora.

E o outro: “Olha, eu não vou lhe botar para fora. Agora, você não vai entrar mais pela porta principal, você vai entrar lá pela oficina”, que tinha uma oficina. “Você não vai mais vir aqui para a cantina para merendar, você vai ter que ir lá na praça merendar e você não vai mais circular aqui dentro. Você vai ter que ir lá na tesouraria — que era o negócio escondido lá — e deixa comigo”.

Que naquele tempo, a gente não tinha, os funcionários não tinham conta bancária, cada qual recebia um envelope, durante muitos anos era assim. No fim do mês, você ia na tesouraria e recebia um envelope de dinheiro que eles faziam. E a gente fazia um envelope que tinha folha de pagamento para assinar em três vias. Eu disse: “Deixa que eu levo pagamento do diretor”. Eu levava o pagamento do diretor. Depois de vários tempos, passei lá um tempo assim escondido, como se diz. Três, quatro meses passava pela porta lá, para comer fora... E, um dia, ele chegou para mim e disse: “Agora, você vai fazer o pagamento do diretor da área dele e da filha dele”.

O que é que aconteceu? Ele arranhou um emprego para a filha, o diretor arranhou um emprego para a filha com salário altíssimo e ela não aparecia lá, ela nunca apareceu. Então, ele queria que eu fosse pagar ele nesse dia, levando o dinheiro dele: “Estou trazendo o dinheiro do senhor e da sua filha”. Eu digo: “Mas como é que o senhor disse que não era para eu ir lá e o senhor quer que eu vá lá?”. Ele disse: “Vá e diga que fui eu que mandei”. Eu fui, cheguei lá para o diretor e disse: “Está aqui o seu dinheiro e o da sua filha”.

Quando eu voltei, eu passei na sala e ele disse: “Agora, você pode andar por todo canto”. Por quê? Porque o diretor ficou sabendo que eu sabia que a filha dele ganhava dinheiro sem ir lá, está entendendo? Mas, naquele momento, como ele estava pressionando, ele: “Baixa, vai lá para o fundo e fica escondido”. Quando passou, ele: “Sobe de novo”. Então, há determinados momentos da vida da gente em que você precisa baixar, tem que baixar e, depois, tem momento em que você tem que subir. Isso é uma coisa que eu aprendi com esse sujeito. Eu fiz isso muito na vida. Quando a coisa pressionava, eu dizia: “Eu não vou aparecer por hora”, não é para eu aparecer.

A outra coisa que eu aprendi foi com diretor da Agronomia, o [inaudível], ele dizia assim: “No dia em que você ocupar uma chefia, mexa no sujeito para tirar do canto e botar no outro, mas nunca mexa no bolso dele, porque, se você mexer no bolso dele, você vai ter um inimigo para a vida toda”. Então, quando eu ocupava uma chefia que eu tinha que tirar um diretor de uma escola agrícola, por exemplo, porque tinha que tirar que estava lá há não sei quantos anos e não fazia nada, eu chamei o pessoal da Secretaria: “Tem algum cargo aqui de assessor que eu posso trazer esse professor para ser assessor aqui?”. “Olha, tem um aqui e bota aí”, e ele ficou a vida toda dizendo assim: “Foi o primeiro Secretário que arranhou um cargo de assessor para

mim, eu fui promovido, ganhando mais”, está entendendo?

Então, ele dizia isso: “nunca mexa, porque, se você mexer no bolso, você vai ter um inimigo para a vida todinha, certo?” E a última dele, ele disse assim: “Quando você estiver na roda do Ceará, em conversa com amigos, nunca fale mal de alguém, porque todo mundo é parente do Ceará”, não é? Você não sabe. Eu não tenho o nome da família da minha mãe, porque eu peguei o nome integral do meu pai. O nome do meu pai era Antônio de Albuquerque de Sousa, eu peguei o nome Antônio de Albuquerque de Sousa Filho. Então, você está falando mal da família da minha mãe, eu digo: “Não fale dessa família, rapaz. Como é o seu nome? Eu sou da família, eu não tenho o nome, eu sou da família”. Isso vai de professor que tem a mania de querer ensinar aos outros, escute, porque isso é importante.

**Márcio Pessoa:** Esses exemplos da vida do professor são muito interessantes, porque o senhor é mais vivido do que eu e eu sou mais vivido do que os meus alunos. Então, a gente tem uma certa experiência que é importante aproveitar. Obrigado, professor. Eu provavelmente vou publicar alguma coisa relacionada a isso no meu trabalho, sobre as suas falas, eu vou transcrever para colocar no trabalho, tem algum problema?

**Antônio de Albuquerque:** Não, não tem, não. Da minha parte, não. Olha, deixa eu lhe ensinar outra coisa: quando a gente chega a certa faixa de idade, como eu estou: com mais de 80 anos, a gente não está mais preocupado com o que a gente diz, o que é que vai acontecer, a gente faz isso quando é mais jovem. Eu vou dizer isso, depois o que é que vai acontecer comigo, chamar esse aqui, fulana. Agora a gente está naquela fase que a gente só diz aquelas coisas que a gente quer dizer, do jeito que quer dizer e quem quiser que ache ruim. Se não quiser, não ache ruim, está entendendo? É como agora

que eu também estou naquela parte que, antigamente, eu tinha que ler e estudar determinados assuntos de determinados livros, que eu ia dar aula, eu tinha que atualizar naquele [assunto] ali. Hoje, eu não tenho mais essa obrigação. Eu leio o que eu quero, o assunto que eu quero, dos mais variados.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Revisão de Ana Íris Morais Pessoa, graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Língua Portuguesa.

**Resumo:**

A entrevista apresentada a seguir é um importante documento sobre a história da educação no Ceará. O foco do diálogo é a experiência do professor Antônio de Albuquerque à frente da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará.

**Palavras-chave:** educação básica; escola pública; políticas educacionais; história da educação no Ceará.

**Abstract:**

The interview presented below is an important document on the history of education in Ceará. The focus of the dialogue is the experience of Professor Antônio de Albuquerque at the head of the Secretary of Basic Education of the State of Ceará.

**Keywords:** basic education; public school; educational policies; history of education in Ceará.

Recebido para publicação em 28/09/2021.  
Aceito em 17/12/2021.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

